



CNE mantém a luta pelo pagamento da PLR 2015

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) voltou a se reunir nesta terça-feira (14) com o juiz auxiliar da Vice Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rogério Neiva Pinheiro, em busca de uma solução para resolver o impasse criado pela Eletrobras sobre a parte controversa da PLR. Desta vez, os representantes da empresa também participaram do encontro.

Embora tenha sido uma reunião de conciliação, os representantes da Eletrobras se mostraram indispostos a negociar. Quando perguntados se tinham alguma proposta para a realização do pagamento da PLR na parte divergente, se limitaram a responder que não.

Abertos ao diálogo, as lideranças sindicais do CNE disseram ao juiz auxiliar que estão dispostos a negociar e apresentaram uma alternativa para a resolução do problema.

O CNE ponderou a possibilidade de submeter à categoria a proposta de parcelar, em duas vezes, a parte controversa da PLR devida às trabalhadoras e trabalhadores. No entanto, destacaram que não aceitam, de forma alguma, nenhuma mudança de valor e das condições definidas pelo TST em 2014, quando o ministro Ives Gandra Filho decidiu como seriam as premissas para os pagamentos das PLRs em 2015, 16, 17 e 18.

Além disso, destacaram que o acordo definido foi fruto de uma longa negociação, inclusive com mediação da Comissão Paritária, ao longo de oito reuniões. Mas que no decorrer do processo, a Eletrobras criou exigências que se quer tinham sido cogitadas durante as negociações no TST, subvertendo a própria decisão do ministro, assim como toda a proposta que chegou a ser negociada e aprovada pela categoria.

Mais uma vez, a direção da Eletrobras pretende jogar nas costas dos trabalhadores o pesado fardo da incompetência de gestões mal sucedidas.

Contudo, mesmo com a falta de disposição da Eletrobras em estabelecer um diálogo definitivo para o pagamento da PLR, os dirigentes sindicais do CNE continuam confiantes na possibilidade de um entendimento para a definição de um acordo no TST.

O CNE espera que até abril o Tribunal consiga encontrar uma solução para o impasse criado pela empresa, uma vez que a nossa Data-Base inicia no dia primeiro de maio. Continuaremos confiantes na vitória e lutando por aquilo que é nosso de direito.

No dia 29 de março, o CNE volta a se reunir em Brasília para definir novas estratégias de atuação.

